



SETOR

Posta
7 DE SETEMBRO
02/1994

MINISTÉRIO DO EXERCÍCIO
INFORMAÇÃO
EX-62/RM
SEÇÃO DA VITÓRIA

INFORMAÇÃO

EX-62/RM
SEÇÃO DA VITÓRIA

2 REVISTA - BR - HOSP BR - BR - VIX
ENC - 06
108

ENC - 06
108
SEQUESTRO DO AVIÃO BOEING Nº 70
ENCANTAMENTO Nº 70
SEQUESTRO DO AVIÃO BOEING Nº 70
ENCANTAMENTO Nº 70
SEQUESTRO DO AVIÃO BOEING Nº 70
ENCANTAMENTO Nº 70

de setembro de 1974
OL/CODI/ADV/...
4 SET 74

ABANDONADA DITADURA

FORA DITADURA

REVISTA

RESGATE DA MEMÓRIA



ANTES DOS MINAS
...antes Val-
...Frederico
...de Ciências So-
...e Economia
...form de id-
...última reunião
...por Valada-
...quando se di-
...Rio de
...para o
...para um congre-
...lanoiro, onde
...por de um congre-
...sidente. Os
...da UFBA, reu-
...nido, contra-
...um advogado
...então, ma-
...para a cidade
...com a família
...para a cidade
...para a cidade

SETOR 1

POSTO DE GASOLINA

Posto
7 DE SETEMBRO
02 de Setembro

MINISTERIO DO INTERIORE
EX. - 6.ª RM
SECCAO N.º

Data: Salvador-BA, 7 de Setembro de 1964
Assunto: SEGURANÇA DO DESPACHAMENTO
Referência:
Anexos: Nota de Serviço, 005

Difusão: uma (1) cópia para o
2ª Div. de Segurança
do Ex. - 6.ª RM
da Subdiv. de Segurança
da Subdiv. de Segurança

FORA DITADURA

SETOR 1

POSTO DE GASOLINA

108 / ZONAER 2
...AR 70
...ATTO VBOER 10
...PR-VX
...10 RB - HOSP RE - RITE 2
...SIST SSV - 10 RB - HOSP RE - RITE 2

Subdiv. de Plano - Sequestro, e
Subdiv. para Instrução dos Embos-
...no. 1010

FORA DITADURA

LARGO DA VITÓRIA

DA VITÓRIA

MUSEU

Apresentação

A democracia brasileira é uma construção contínua e recente. Há 50 anos vivenciávamos o início de um regime de restrições de liberdades, com o golpe de Estado que deu início à ditadura militar. Durante duas décadas, o país viveu sob a constante presença do autoritarismo. Por mais que a repressão fosse uma marca severa, significando silêncios, opressões, torturas, exílios e mortes, é importante lembrar do fundamental processo de resistência.

Esta resistência está para além da história vivida por aqueles que entregaram todos seus sonhos na construção de um país livre da ditadura. Essa resistência se mantém pulsante na luta diária pela forma de escrever este tempo tão turvo da história brasileira. Essa escrita e reescrita requer conhecimentos dessa época. A busca pela abertura dos arquivos da ditadura militar está dentro desse desafio.

A Biblioteca Virtual 2 de Julho tem como missão democratizar o conhecimento da história e da cultura da Bahia. Com gratidão, recebemos o material sobre a queima de documentos da época ditatorial na base aérea de Salvador. Lamentamos, contudo, que a parte da história que nos coube ocupar tais páginas apenas reitera a ausência dos pedaços em cinzas, que ainda continua assim.

Agradecemos Grimaldo Zachariadhes pela confiança, cuidado e dedicação ao trabalho aqui apresentado e a Jacira Primo, Diva Soares e Tânia Miranda pela colaboração em construir esse material. Esperamos que esta leitura traga mais conhecimento e que seja feita através das lentes da justiça, da indignação e da - nunca ausente - esperança.

Ana Maria Amorim

Biblioteca Virtual 2 de Julho

HISTÓ

1-Reg N.º

Livro

Fls

dia 11/05/77, segundo o Relatório de

2 - Reg nº 766 - 1980 - Militante do PC do

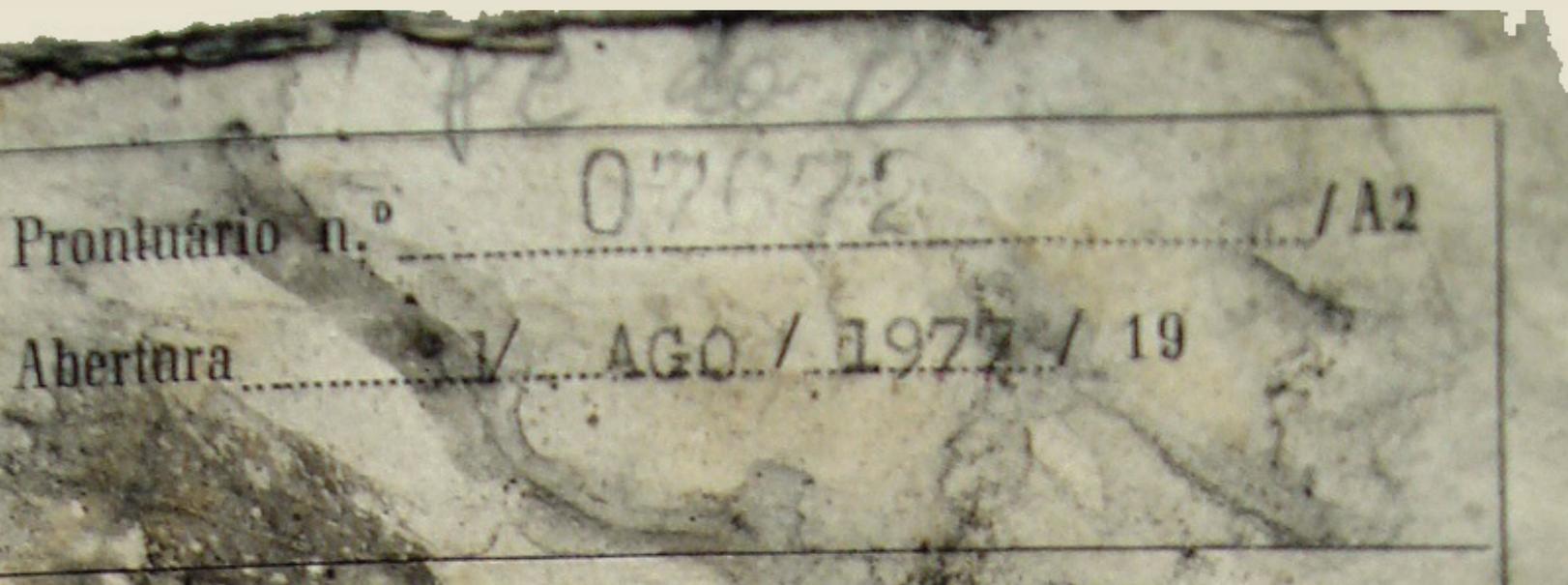
Projeto: “Resgate da Memória”

Grimaldo Carneiro Zachariadhes

Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM)

Em 12 de dezembro de 2004, o *Fantástico* da Rede Globo denunciou a destruição de documentos sigilosos da época da ditadura militar (1964-1985) que tinham sido queimados na Base Aérea de Salvador. Este crime contra a história do Brasil não pode cair no esquecimento. O projeto **Resgate da Memória** pretende através da exposição dos documentos que foram queimados, reavivar na nossa memória este ato criminoso. Analisando o que restou daquele material, pretende demonstrar o quanto poderia ser esclarecido sobre este passado recente, se estes documentos tivessem disponíveis aos pesquisadores.

Este projeto pretende também reafirmar a importância do fortalecimento da Comissão Estadual da Verdade para que ela possa de fato servir a sua função e assim ajuda a contar a história do nosso estado. É necessário cobrar das autoridades competentes o acesso aos arquivos da repressão na Bahia que ainda se encontram indisponíveis. Também se procura estimular o diálogo com a sociedade como um todo para demonstrar a importância de acesso a tais arquivos.



...nível, desleixu
...minar do depoente re-
...res que segundo a orienta-
...ada na Bahia ser ser utili-
...abilidade de EDUARDO ("...")
...grado da Bahia por CLAUDIO /
... não foi praticamente efeti-
...el nessa época quase não se
...ro de militantes era tão pe-
...passar da conferência, aleg-
...taforias; que ainda em agosto,
...a Bahia para participar de
...que realizaram uma reunião
...ritar as pessoas que iriam
...s; que a conferência a
...to de SANTO ANTONIO
...feito em

...cia o seu ra
...cimento dos demais pa
...presentes ao congresso ra
...as intenções de acusar a /
...interna e não ter feito
...o delegado dos "deslocados" /
...a direção da COLINA de nun-
...o das bases nas decisões a
...PR; que MARIA DO CARMO defen-
...ndo coloca-las no campo pes-
...a VPR como indispensável pa-
...ue dessa força começou a
...o entanto, se seria total-
...setoriais; discussão; que
...ANTONIO
...a an-

...os, que
...aria a realiza- /
...os dirigentes, e sem /
...ssão fora do plenário onde
...o congresso tendo em vista
...discussões serem iniciadas /
...do em grupos de quatro ou /
...emergência; que os elementos /
...guarda, que seria o último /
...se designava um elemento pa-
...na mesa estava encarregada /
...a aplicar punições aos faltos-
...nissao juntamente com CLAUDIO /
...TO. Era o ponto seguinte
...Capitalista"; a discussão
...União da América com
...diversas dos países

...o processo foi inicia
...o direito a voto: Rio
...("TÁDEU") e "HILTON"
...ais - JORGE EDUARDO /
...ARDO") e o depoente /
...a pertenciam a dire-
...na época da
...MARIA DO CARMO
...("...")

...entanto, ser
...os o congresso de /
...usão realizou-se uma /
...com os membros da dis-
...ARAÚJO ("MAX") e
...o congresso havi-
...do elaborados (Man-
...unidade reagiu e
...que a uni- setoriais
...a uni-

...ampliado /
...nesse meio tempo ra
...as seguintes passadas: /
...ensa), "VERA" e "MÁRIA" (do
...setor estudantil), "ROSA" (in-
...esente "MAURÍCIO" que havia /
...vamente do "racha" havido; /
...ava reduzida ao depoente, uma
...de descontentados; que na reu- /
...o "racha", constatando-se que /
...a existiam e se encontravam /
...problema insolúvel; que foi
...o Paulo resolvendo que se de-
...setoriais a serem res-
...al; que foi escolhido
...e "JUCA"; que voltou
...de São

Labaredas da História*

*Grimaldo Carneiro Zachariadhes***

Em 12 de dezembro de 2004, o programa do *Fantástico* da Rede Globo de Televisão revelou que documentos sigilosos da época da ditadura militar foram queimados na Base Aérea de Salvador. Eram prontuários, fichas, recorte de jornais, mapas e relatórios, em sua maioria produzida entre os anos de 1964 e 1985, período em que o Brasil foi governado pelos militares. Um acervo valiosíssimo tinha sido destruído, documentos que ajudariam a explicar parte da nossa história recente tinham se desintegrado em chamas.

A ditadura militar é conhecida como o período mais autoritário da história republicana. Durante este momento, constantemente ocorreu a violação dos direitos humanos e a supressão dos direitos individuais. Universidades, sindicatos, igrejas, associações, residências foram invadidas sem mandato judicial. A tortura se tornou prática corrente contra os adversários do Governo. O extermínio de opositores se tornou política de Estado com o consentimento dos generais-presidentes, como nos mostra Elio Gaspari em seu livro *A ditadura derrotada*. As liberdades sindicais, de imprensa, de criação, de expressão foram cerceadas a todo momento.

É natural que atualmente, no período em que a democracia brasileira se mostra cada vez mais madura, aqueles homens, mulheres, instituições, entidades que tiveram participação na construção da ditadura militar, implantada com a derrubada do presidente João Goulart, tentem se desvincular deste incomodo momento. O passado se torna um espectro que os atormenta, tentam de todas as formas apagar do passado esta atuação; recorrendo, até, ao absurdo de queimar documentos que fazem parte da Nossa História.

Os militares constantemente afirmam que o acontecido durante o Regime de

* Publicado originalmente no jornal *A Tarde* 13-11-2009.

** Doutorando em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM).

exceção, faz parte da história e ponto final. E que agora, não devemos nos prender ao passado, e sim, juntos olharmos para o futuro, para tentar construirmos um projeto de Nação melhor para todos os brasileiros. Estamos diante de um sofisma: a análise deste passado, não atrapalha a construção do futuro, muito pelo contrário, ajuda a construí-lo. Compreender o que foi feito *ontem*, ajuda a entendermos o que somos *hoje* e que caminhos queremos construir para o *amanhã*.

Devemos lembrar que as feridas ainda estão abertas e dolentes. A recente discussão acerca da revisão da anistia aos torturadores defendida pelo ministro Tarso Genro demonstra isso claramente. A ausência dos acervos da ditadura não ajuda a construir o futuro, mas sim a angustiar o presente. Existem muitas perguntas a serem respondidas, há muitos corpos sem sepulturas a ser devidamente enterrados; sem mencionar os incontáveis números de cidadãos que precisam destes documentos para poder pedir reparação ao Governo Federal.

“Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” nos ensina São João. Para que o país se encontre definitivamente com o seu passado recente, encare-o sem medo, é necessário que estejam disponíveis ao público, todos os arquivos da repressão: do SNI, CENIMAR, CIE, CISA, DOPS, Polícia Federal entre outros. Pois, somente o conhecimento pleno deste momento histórico, exorcizará os espectros que ainda nos atormentam. É preciso que isto seja feito o mais rápido possível, antes que as labaredas da ignorância tentem queimar mais uma vez parte da história de todo o povo brasileiro.



Pelo direito à memória e à verdade

*Diva Soares Santana**

Estamos em vésperas agora em março, de completar cinquenta anos do golpe militar em nosso país (1964 a 1985). Destes, devemos lembrar para nunca esquecer os 21 anos de uma ditadura que deixou um saldo até os dias atuais de indeterminação quanto às circunstâncias sobre as mortes e desaparecimentos de centenas de patriotas. Além disso, muitos foram perseguidos, tiveram seus passos rastreados, as liberdades cerceadas e sem escolha, muitos deixaram o país para fugir da prisão tortura e da morte. A tantos foram negados os direitos do exercício profissional, da conclusão de cursos e até mesmo do desenvolvimento profissional. Famílias viveram o tormento de terem seus lares violados, pertences manipulados, permanentes vigílias por serem parentes de opositoristas ao regime.

Ao longo dos anos, ainda não há um registro da totalidade das vítimas desse regime, ou seja, dos perseguidos, dos mortos e desaparecidos. Uma das causas dessa incerteza é a carência da acessibilidade a todos os arquivos sobre os atos da ditadura militar.

A repressão atingiu todos os Estados da União com alto nível de organização e repressão. No Estado do Pará deflagrou uma feroz perseguição e repressão a um contingente composto em sua maioria de camponeses e mulheres, com o objetivo de caçar os comunistas que viviam naquela região.

Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas só nos primeiros meses da ditadura. O Projeto Brasil Nunca Mais, pesquisou 707 processos políticos formados na Justiça Militar, entre 1964 e 1969 e contabilizou 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos na fase de inquérito. É necessário ressaltar que estes números se referem aos que sofreram investigações e foram processados. São incontáveis os números de pessoas que viveram na clandestinidade, ou mesmo sofreram os mais variados tipos de perseguições.

* Vice-Presidente do GTNM-BA.

Com o advento da Lei da Anistia em 1979, o país inicia uma nova fase de democratização e como a referida Lei não contemplou um segmento da sociedade que não localizavam seus parentes por estarem desaparecidos, os familiares se organizaram e cobraram da União esclarecimentos. Fruto da mobilização em 1995 foi sancionado o Projeto de Lei que deu origem a Lei 9140/95, inicialmente reconhecem 136 pessoas desaparecidas, constantes das pesquisas dos familiares e organiza a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Os primeiros 509 requerimentos chegam a CEMDP, incluindo os 136 desaparecidos, solicitando as seguintes informações: se mortos, as circunstâncias das mortes, os locais de sepultamento, atestado de óbitos, e abertura dos arquivos militares; outros 373 processos de familiares das pessoas que foram mortas e sepultadas, requerendo a inclusão, conforme a citada lei. Na maioria dos casos, os parentes não tiveram o direito de ver seus mortos na urna funerária.

Vale dizer que a discussão para elaboração do Projeto de Lei que cria a Lei 9140/95, baseia-se nas informações obtidas através dos Comitês Brasileiro pela Anistia e dos familiares que trabalharam incansavelmente na busca de informações sobre a militância e o paradeiro dos seus parentes, através de amigos e de ex-presos políticos. Muitos deles, quando na prisão, presenciaram cenas de torturas e maus tratos a companheiros que eram retirados das celas e não retornavam.

Nestes 29 anos, verdadeiras batalhas tramitaram nas diversas instâncias judiciais, com ações de familiares requerendo esclarecimentos sobre o paradeiro dos seus. Destas, os familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, mesmo sem recursos, buscaram o escritório dos advogados Luis Eduardo Greenhalgh e Sigmaringa Seixas, que produziram ao longo deste período, libelos dignos de publicação em livros, cobrando e contestando os mais de 18 recursos, sendo que os dois últimos, impetrados pela Advocacia Geral da União, contra a decisão judicial que determina a abertura dos arquivos da guerrilha do Araguaia, localização dos restos mortais, traslado para sepultamento, dirigidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e rejeitado em 2004, com a afirmação do relator da matéria o Desembargador Dr. Souza Prudente, “Precisamos abrir os arquivos da vergonha

histórica. Chegou à hora de cobrar o discurso do governo de que a esperança venceu o medo”.

Diante da decisão do TRF, a Advocacia Geral da União recorre ao Supremo Tribunal Federal (última instância) que no dia 27 de junho de 2008, em caráter definitivo decide manter a decisão da sentença de primeira instância proferida pela douta Juíza Solange Salgado, em 2003.

Em 2010 a Corte Internacional da Organização dos Estados Americanos condena o Brasil a promover os esclarecimentos às famílias sobre os desaparecidos da guerrilha do Araguaia, dentre outras ações.

A decisão dos Tribunais de Justiça, além de fortalecer a democracia, faz jus aos clamores das famílias, bem como, da sociedade brasileira que almeja a justiça com transparência e acima de tudo, que prevaleça a verdade, a preservação da memória como contribuição para a construção da história e que os nossos mortos descansem em paz e porem de caminhar.

Recentemente, em 2011 a Presidenta Dilma Roussef, sancionou a Lei 15.528, criando a Comissão Nacional pela Verdade e a Lei 12.527 que regulamenta o acesso a documentos públicos, a qual retiram a possibilidade de sigilo de documentos referentes a violações de direitos humanos. Abrem-se assim, novas possibilidades na reconstituição das violências praticadas pelos órgãos de repressão política.

Ademais entendemos que a abertura dos arquivos das Forças Armadas, levará a identificação dos locais de sepultamento e esclarece às circunstâncias das mortes dos mais de 80 desaparecidos por motivos políticos.

Acesso aos Arquivos da Ditadura: “Nem Perdão, nem Talião: Justiça!”

*Tânia Miranda**

A memória histórica constitui uma das mais fortes e sutis formas de dominação. A institucionalização da memória oficial serve como legitimadora e justificadora do projeto político de dominação. Tradicionalmente, são os porta-vozes de grupos ou classe social hegemônica que contam a história do seu jeito, selecionam o que deve ser dito, os agentes sociais que devem ser apagados da memória social. Impondo a sua visão, imortalizam aqueles que serviram aos seus projetos e excluem líderes de movimentos de contestação e resistência. São os povos sem história. Os vencedores, ao mesmo tempo em que intervêm nos acontecimentos, criam as condições para a sua própria dominação. Procuram ocultar as permanências e as rupturas, as diferenças e as contradições das relações sociais, aquilo que pode significar ameaça à perpetuação do seu poder.

É comum destruir os apoios da memória e substituir a lembrança pela história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. A história geral descreve um processo único e evolutivo, marcado por grandes eventos, passando a ideia do progresso como direção inevitável. A história do Brasil apresenta uma visão olímpica de biografias nacionais definitivas e intocáveis.

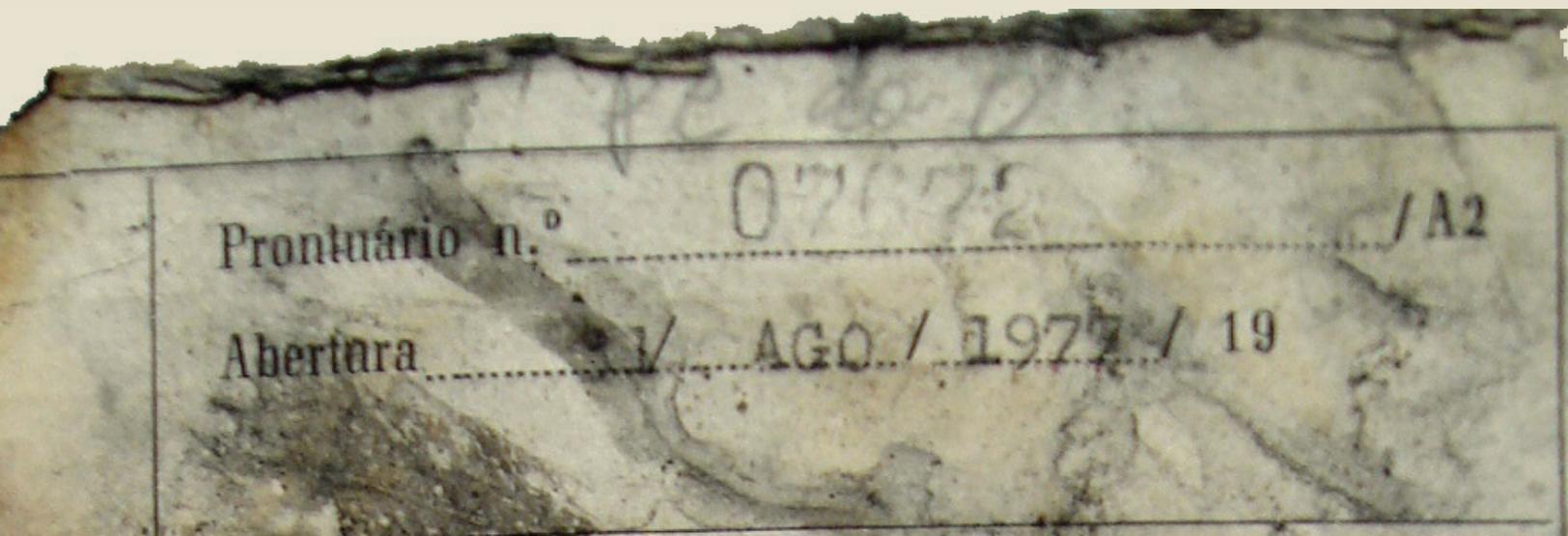
Devemos à democracia a oportunidade de discutir a memória histórica, repensando-a coletivamente, desafiando o instituído. Os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 nos trazem um espaço especialmente propício para ações de revisão histórica, dando voz à memória coletiva, tirando do silêncio importantes atores sociais, evitando nas novas gerações a amnésia social que tanto compromete a constituição de identidades individuais e coletivas. O trabalho com a memória, e suas relações com a história e o tempo presente oferece chaves para releituras do passado.

* Historiadora, Mestre em educação pela UFBA. E-mail: tania.miranda@terra.com.br

Assegurar o direito à memória e à verdade exige uma luta sem trégua. No Brasil da ditadura militar, filhos e filhas desse solo foram presos, torturados, assassinados, “desaparecidos”, enterrados como indigentes. Tiveram a alma e o corpo violados, sofreram a dor indizível de ver seus filhos e filhas – até recém-nascidos – ameaçados nas salas de tortura. Sofreram o banimento, a separação das famílias, o rompimento de laços, o abandono de projetos e sonhos, o exílio interno, tornando-se clandestinos em sua própria pátria. Colocaram a vida em risco em nome da democracia e da justiça social. Os sobreviventes desse terror ainda sofrem com seqüelas físicas e psíquicas. A superação dos fantasmas que ainda assombram nossa história exige confrontá-los. Exorcizá-los, retirá-los dos lugares onde estão escondidos, nomeá-los, responsabilizá-los. Isso nos fará avançar na direção de um resgate pleno de nossa história recente.

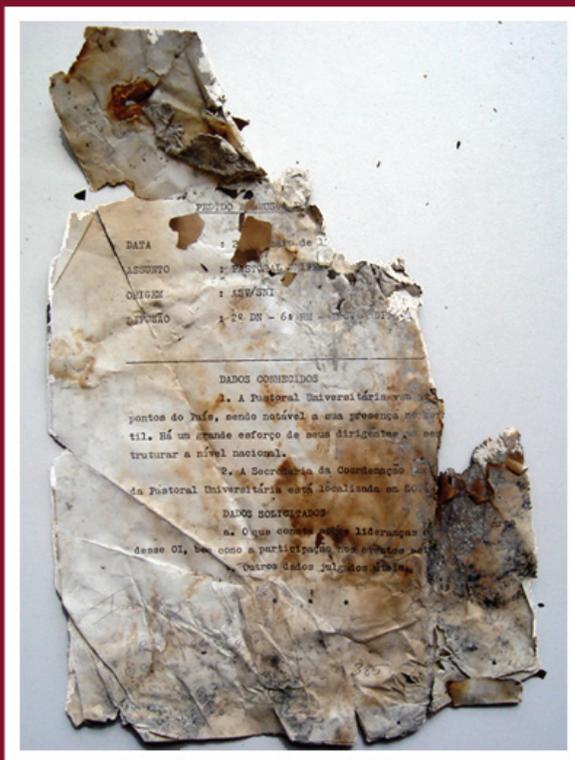
Da Comissão Nacional da Verdade, das suas versões estaduais, das comissões e comitês criados independentemente do Estado, aguarda-se que promovam a abertura dos arquivos do período. Deem voz às vítimas/protagonistas, não apenas para contabilizar, com precisão, quantos foram presos, mortos “desaparecidos”, mas elucidar quando, onde, como, por quem e por ordem de quem. Será aí que as famílias encontrarão seus mortos e poderão, 50 anos depois, lhes dar uma sepultura digna. É por esse caminho que as diversas comissões cumprirão a tarefa histórica de jogar luzes sobre uma história que o Brasil não deve apagar da sua memória.

D. Paulo Evaristo Arns nos ensina: *Os povos que não podem ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-los.*





Prontuário da 2ª Seção do Comando Costeiro. Devido a destruição de partes do documento fica impossível saber de quem se trata, mas as informações contidas no prontuário demonstra que todos os passos desta pessoa estavam sendo monitorados. Este prontuário nos informa também a circulação de documentos entre as Forças Armadas, já que se trata de um documento da Marinha e que foi encontrado na Base Aérea de Salvador.



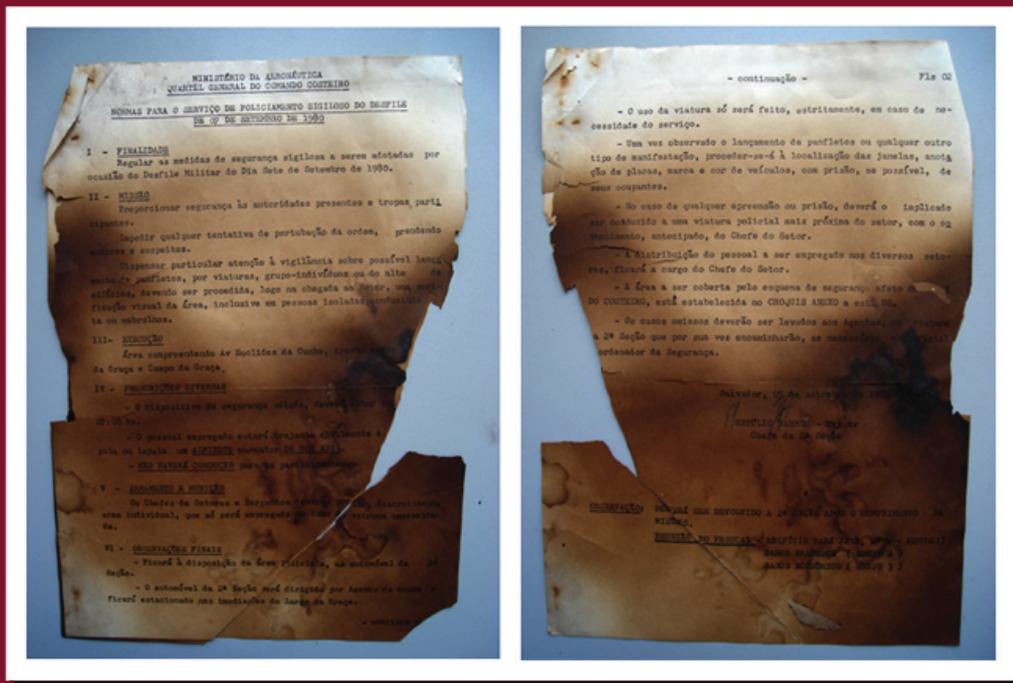
Pedido de Busca. Pelo o que restou deste documento percebe-se que a entidade vigiada era a Pastoral Universitária da Igreja Católica.



Recorte do *Jornal da Bahia* de 7 de abril de 1987. Um dos poucos documentos que restaram que ficou praticamente intacto. Nesta reportagem fala do título de cidadão de Salvador que seria conferido a D. Timóteo Amoroso Anastácio, abade do Mosteiro de São Bento, um dos principais opositores aos militares na Bahia. Este recorte de jornal é de 1987, portanto, depois do fim da ditadura militar, demonstrando assim, que mesmo durante o regime democrático, opositores do Regime continuaram sendo vigiados pelos militares.



Restos de um crime.



Normas para o serviço de policiamento do desfile de 7 de setembro. Este documento demonstra as medidas e a preocupação dos militares contra as manifestações de oposição durante o 7 de setembro. O pessoal da repressão estaria no meio da multidão com roupas civis, uma forma de se reconhecerem era o uso de um alfinete de cor azul na gola da camisa.

Este projeto foi pensado e organizado pelo coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM), o professor Grimaldo Carneiro Zachariadhes, contando com a participação do Grupo Tortura Nunca Mais – Núcleo Bahia. Este projeto teve o apoio da Fundação Pedro Calmon que compreendeu de imediato a necessidade de não deixar que esqueçamos deste crime e da urgência da abertura dos arquivos da ditadura militar na Bahia.

Os documentos apresentados neste projeto encontram-se guardados no arquivo do Grupo Tortura Nunca Mais, núcleo Bahia, localizado na Rua General Labatut, 26 - Barris. CEP: 40070-100. Salvador, Bahia.

ESTUDANTES PRESOS EM MINAS

Os estudantes Val-
dello Silva e Frederico
Torres, de Ciências So-
ciais e Economia da
UFBa., foram detidos
na última quinta-feira
em Governador Valada-
res (MG), quando se di-
rigiam para o Rio de
Janeiro, onde iriam par-
ticipar de um congresso
estudantil. Os estudan-
tes da UFBa., reunidos
em assembleia, contra-
taram um advogado que
entrou ontem pela
para a cidade mineira,
em companhia de fami-
liares dos jovens, que
permanecerá na cidade

A Audiência Mista
da VI RM prescreveu
14 presos por crimes de-
tidos em junho do ano
passado, acusados de
vinculação com o ex-ge-
ra PGD, página 3.

Governador do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretário de Cultura
Albino Rubim

Diretora Geral da Fundação Pedro Calmon
Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior

Diretora de Bibliotecas Públicas do Estado
Maria Cristina Santos

Diretora da Biblioteca Virtual 2 de Julho
Ana Maria Amorim

Assessoria de Comunicação
André Santana

Organizador:
Grimaldo Carneiro Zachariadhes
Coordenador do Núcleo de Estudos sobre o Regime Militar (NERM)

Colaborador:
Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia

Apoio:
Biblioteca Virtual 2 de Julho
Fundação Pedro Calmon

Revisão:
Jorge Manoel
Diretoria do Livro e Leitura – Fundação Pedro Calmon

Diagramação:
Maiana Rosari Alcântara
Assessoria de Comunicação da Fundação Pedro Calmon

Agradecimentos:
Centro de Memória da Bahia
Diva Soares Santana
Jacira Primo
Joviniano Neto
Tânia Miranda

Equipe Biblioteca Virtual 2 de Julho:
Cíntia Souza
Gabriela B. Harrison
Isabel Silva
Lucas Borges dos Santos
Luiza Inah de Almeida Vidal
Wladimir Lima



antes dos Minas
Frederico
Economia
formam
última
Governador
Rio de
Janeiro, onde
estudar
LFBa, contra
assembleia
um advogado
chamado
para a cidade
uma comissão
permanente

SETOR

POSTO DE GASOLINA

Posto
7 DE SETOR
02

MINISTERIO DO INTERIO
INFORMAÇÃO
IV EX. - 6.º R M
2.ª SECCAO
N.º

Data: Salvador-BA, 7 de Maio de 1964
Assunto: SEGURANCA DO DESPACHAMENTO
Referência: Nota de Serviço DOS 2º DI 211024

ABAIXO A DITADURA

FORA DITADURA

LARGO DA VITORIA

SETOR

POSTO DE GASOLINA

ANTONIO ROBERTO...
108
ZONAER 2
PR-VIX
RQ RB - RB RB - HOSP RE BEVE 2

Subsídios para instrução

LARGO DA VITORIA

